

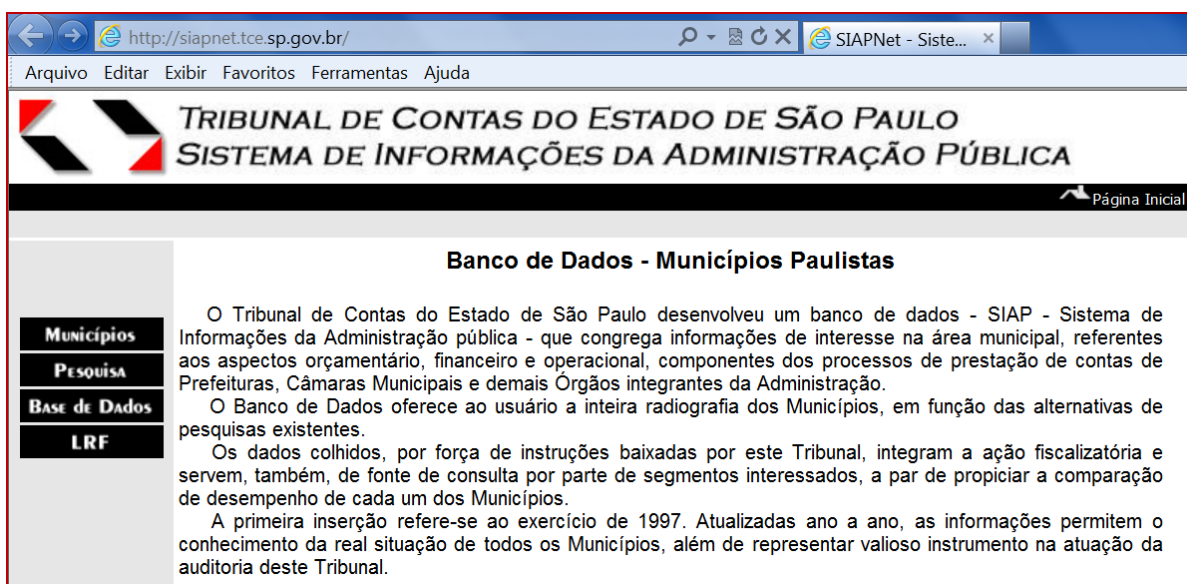
SIAPNet e Portal do Cidadão

Instrumentos de controle das contas públicas

Já conhecidos do público em geral, os sítios do SIAPNet e mais recentemente do Portal do Cidadão têm se demonstrado ótimos instrumentos de consulta à disposição da sociedade, que tem nestas ferramentas a real possibilidade de conhecer em detalhes o(s) município(s) de seu interesse.

O SIAPNet

O SIAPNet (<http://siapnet.tce.sp.gov.br>), banco de dados denominado SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SIAP, existe desde 1.998, portanto, há mais de quinze anos, oferecendo ao usuário uma imensa gama de informações sobre os municípios do Estado de São Paulo, fornecidas pelas próprias Prefeituras, relativamente ao exercício fiscal encerrado.



Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Página Inicial

Banco de Dados - Municípios Paulistas

Municípios
PESQUISA
BASE de DADOS
LRF

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desenvolveu um banco de dados - SIAP - Sistema de Informações da Administração pública - que congrega informações de interesse na área municipal, referentes aos aspectos orçamentário, financeiro e operacional, componentes dos processos de prestação de contas de Prefeituras, Câmaras Municipais e demais Órgãos integrantes da Administração.

O Banco de Dados oferece ao usuário a inteira radiografia dos Municípios, em função das alternativas de pesquisas existentes.

Os dados colhidos, por força de instruções baixadas por este Tribunal, integram a ação fiscalizatória e servem, também, de fonte de consulta por parte de segmentos interessados, a par de propiciar a comparação de desempenho de cada um dos Municípios.

A primeira inserção refere-se ao exercício de 1997. Atualizadas ano a ano, as informações permitem o conhecimento da real situação de todos os Municípios, além de representar valioso instrumento na atuação da auditoria deste Tribunal.

O Banco de Dados agrupa as informações e as apresenta de uma forma prática e abrangente, possibilitando ao usuário realizar consulta a um determinado município sobre um dado qualquer contido nas abas indicativas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Página Inicial

Dados Gerais Aspectos Econ-Financeiros Aspectos Administrativos Órgãos Municipais Lei de Respons. Fiscal Cadastro de Obras Públicas voltar

Municípios
 Pesquisa
 Base de Dados
 LRF

Clique em uma das opções acima e obtenha informações a respeito de:

As informações a seguir foram fornecidas pelo próprio município

Os dados do item Aspectos Econômico-Financeiros, serão objeto de confirmação por este Tribunal, tão logo seja editada a decisão correspondente à conta prestada, procedendo-se as alterações que se fizerem necessárias.

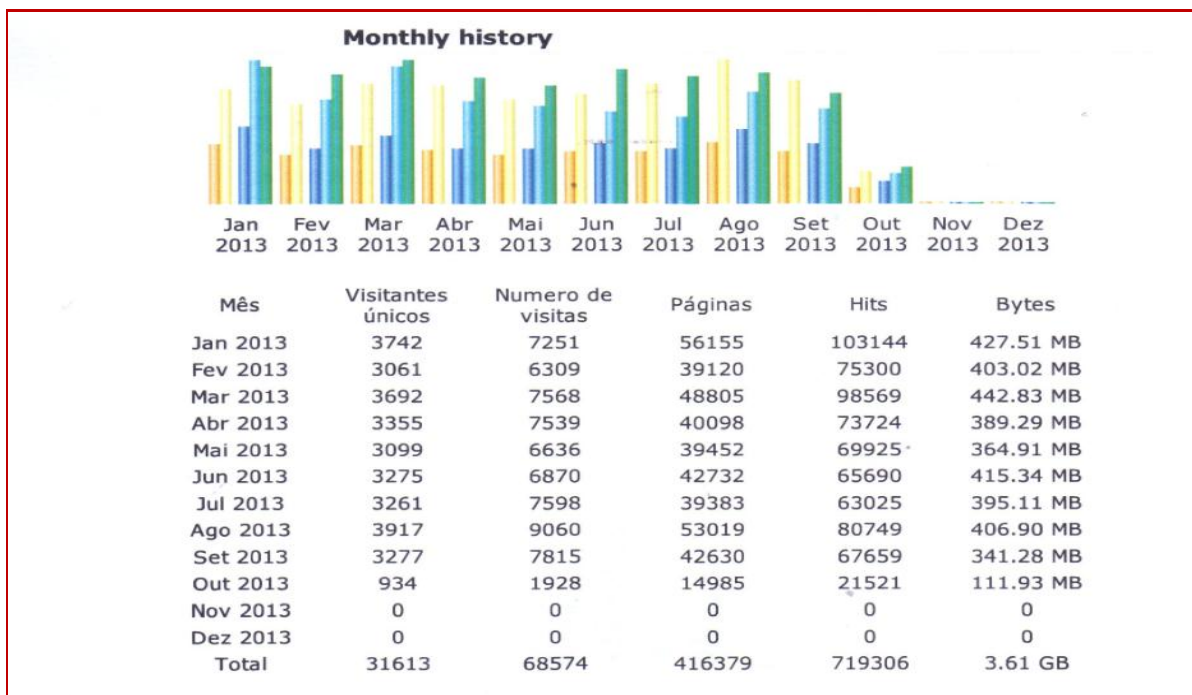
Possibilita ainda a criação de relatórios contendo informações de seu interesse, tais como: saneamento básico (água-esgoto-coleta de lixo-varrição de ruas, etc.); matrículas escolares; unidades hospitalares e leitos à disposição; assistência social; etc. selecionadas, uma a uma, sobre um ou sobre um conjunto de municípios. A critério do usuário pode-se conjugar informações, de maneira a obter-se inúmeros indicadores para se aferir o desempenho dos Administradores Públicos, mediante análise individualizada ou em confronto com outros municípios, comparando-os nas suas características comuns, servindo como verdadeira lente, através da qual, no exercício da cidadania, qualquer pessoa poderá enxergar de perto a composição das contas públicas.

Pesquisa voltar

Clique na variável de interesse

Aspectos Econômico-Financeiros -----
 Aspectos Econômico-Financeiros -----
 Despesas Fixadas e Receitas Estimadas
 Despesa Fixada Final
 Créditos Adicionais
 Receita Arrecadada
 Receita Corrente Líquida
 Receitas Resultantes de Impostos
 Despesa Realizada
 Déficit/Superávit
 Déficit/Superávit x RCL
 Operações de Créditos por Antecipação da Receita
 Endividamento
 Endividamento x RCL
 Transferências Intragovernamentais
 Aplicação no Ensino
 Despesa com Pessoal
 Aplicação na Saúde

Neste exercício de 2013, as estatísticas de acesso nos mostram uma média mensal de mais de 7.000 (sete mil) visitas.



Ainda que apresentado resumidamente, este é o SIAPNet, um instrumental que representa uma das fontes mais atualizadas sobre finanças públicas municipais encontrada na internet, o qual vem contribuindo de maneira efetiva para o interesse dos cidadãos que perseveram no eficaz acompanhamento dos gastos públicos.

O Portal do Cidadão

O sitio Portal do Cidadão (<http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br>) foi desenvolvido com o propósito de apresentar à sociedade as contas dos municípios paulistas, incluindo a administração indireta, possibilitando a cada cidadão o amplo conhecimento dos gastos públicos de maneira detalhada e analítica e, com isso, poder avaliar o desempenho dos governos, diante da total transparência dos números registrados na sua contabilidade.



Portal do Cidadão

Busca: > OK

Processo: / / OK

Pesquisa avançada

Acesso às informações administrativas e econômicas de seu município

Disponibilizado em 12/08/2013, a partir dos menus "Receitas" e "Despesas", basta apenas um clique para ser direcionado a um amplo leque de informações administrativas e econômicas de seu município.

Contas Municipais

- Receitas
- Despesas
- Pesquisa de fornecedores
- Dados Comparados
- Análises Diversas

Pesquisa de Fornecedores - novas funcionalidades

Disponibilizado em 05/08/2013, o item "Pesquisa de Fornecedores" agora possibilita uma seleção também por exercício e município, bastando que, além destes, seja preenchido o campo específico do CNPJ.

Novas informações sobre receitas e despesas

Em 14 de junho de 2013 foram atualizados os itens de "receitas" e "despesas" do Portal do Cidadão, que agora passa a contar com informações até abril de 2013.

Em seu conteúdo o portal traz a demonstração de todas as fases da execução orçamentária, detalhamento da arrecadação, fácil acesso às classificações orçamentárias e ampla divulgação de processos licitatórios, convênios, contratos e informações sobre os servidores públicos.

Em sua utilização é possível o download dos dados para tratamentos específicos e comparações estatísticas, possibilidade de consultas em diversas periodicidades (mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual) e interação com os usuários, tornando possível o esclarecimento de eventuais dúvidas, por meio dos seguintes instrumentos: manual de navegação, glossário, perguntas frequentes e fale conosco por telefone e e-mail.

Há também as funcionalidades de RSS e newsletter, possibilitando o acompanhamento de notícias em tempo real, onde o usuário recebe as notícias em e-mail previamente cadastrado.

Suas principais funcionalidades são:

Acesso às informações administrativas e econômicas do município de interesse:

- a partir dos menus "Receitas" e "Despesas", basta apenas um clique para ser direcionado a um amplo leque de informações administrativas e econômicas de seu município.

Processo: / /
Pesquisa avançada

Consultas de receitas

Órgãos do município de Santos


CAIXA DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS
FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS
FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

Contas Municipais

- Receitas
- Despesas
- Pesquisa de fornecedores
- Dados Comparados
- Análises Diversas
- Avaliações
- Alertas
- Relatórios de Atividades

Pesquisa de Fornecedores:

- esse item possibilita uma seleção por exercício e município, bastando que, além desses, seja preenchido o campo específico do CNPJ.

 **Portal do Cidadão** Busca:

Processo: / /
Pesquisa avançada

Pesquisa de fornecedores

* campos obrigatórios

* CNPJ (Digite apenas números) * Exercício Município

Contas Municipais

- Receitas
- Despesas
- Pesquisa de fornecedores
- Dados Comparados

Análises Diversas:

- contemplam informes relacionados ao acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Portal do Cidadão

Processo:

/ /

Pesquisa avançada

Contas Municipais

Receitas

Despesas

Pesquisa de fornecedores

Dados Comparados

Análises Diversas

Análises Diversas

Dados dos 644 municípios do Estado de São Paulo
(Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Receita Total Arrecadada e Despesa Total Realizada

Receita Corrente Líquida - RCL

Endividamento e Dívida Ativa dos Municípios Paulistas

Perguntas Frequentes:

- dentro do título “Informações”, o item denominado “Perguntas Frequentes”, traz as respostas para os assuntos que apresentam dúvidas e questionamentos mais comuns.

Processo: / /

Pesquisa avançada

Contas Municipais

Receitas

Despesas

Pesquisa de fornecedores

Dados Comparados

Análises Diversas

Avaliações

Alertas

Relatórios de Atividades

Julgamento x Parecer

Perguntas Frequentes

Localizar pergunta

O TCESP fornece cópias de documentos particulares, tipo contrato social de empresas?

Não. Ainda que este Portal do Cidadão contemple informações sobre empresas contratadas, certo é que tal solicitação deve ser formalmente dirigida ou a própria empresa.

Quais os procedimentos para efetuar denúncias junto a este Tribunal de Contas?

Para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Representação e Denúncia), será necessário protocolar documento, dirigido ao Conselheiro Presidente, em uma de nossas Unidades na capital ou interior, observadas as determinações contidas nos artigos 110 a 112 da Lei Orgânica do TCESP e artigos 212 a 223 do Regimento Interno do TCESP, legislação esta disponível em www.tce.sp.gov.br

É possível a obtenção de demais dados que não o CPF/CNPJ das pessoas que contratam com a Administração Pública?

Não. Quem melhor poderá fornecer as informações pretendidas é o próprio órgão contratante, que detém referidos registros.

Aprenda a Fiscalizar

Nesse item é colocado à disposição do cidadão os endereços eletrônicos para acessos aos portais do governo federal, do governo estadual e de todos os tribunais de contas do País, assim como manuais e outros instrumentos elaborados por este Tribunal, que facilitam o trabalho de saber de onde vêm e para onde vão os recursos públicos.

Informações

Portal Institucional

Aprenda a Fiscalizar

Divulgue

Glossário

Perguntas Frequentes

Downloads e API

Links

Sobre o Portal

Fale Conosco

Mapa do Site

Aplicação de Recursos do Ensino

http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/2007_aplicacao-de-recursos-no-ensino.pdf

Verifique neste Manual quais são as receitas e despesas que fazem parte do cálculo para a aplicação do mínimo constitucional de 25%; como é o funcionamento do FUNDEB; as demais despesas que fazem parte da Educação no município; como é feita a distribuição dos recursos do FUNDEB; como se dá a complementação do governo federal; as receitas da educação não vinculadas ao FUNDEB; como ficam os municípios sem rede própria de ensino fundamental...

Financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde

http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/2007_fin-aco-es-saude.pdf

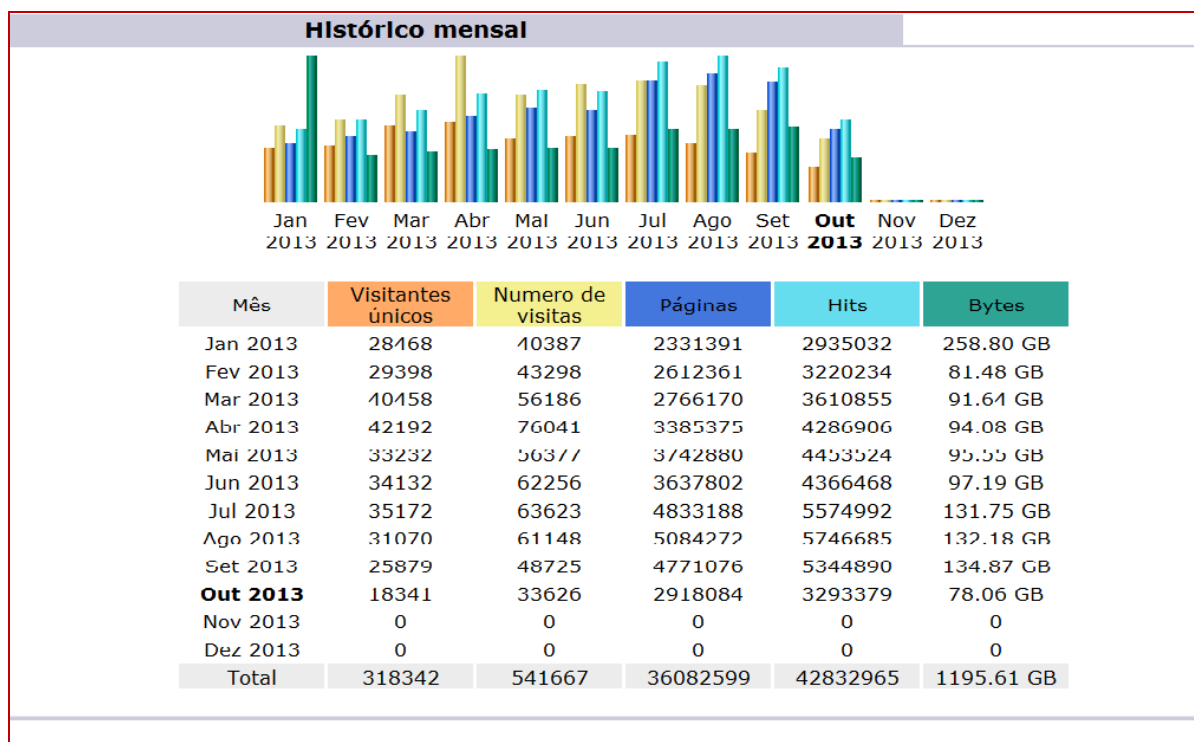
Neste Manual será possível verificar quais são as receitas e despesas que fazem parte da base de cálculo; quanto é a parcela que deve ser aplicada; quais as receitas adicionais da saúde; as transferências do SUS realizadas; os principais programas da saúde; o planejamento das ações da saúde; metas da assistência; repasse financeiro das receitas SUS; otimização dos recursos aplicáveis no SUS e demais assuntos pertinentes à Saúde Municipal.

Guia de orientação aos Membros do Conselho Municipal de Saúde

http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/guia_de_orientacao_conselho_municipal_saude.pdf

Desde sua implantação em março de 2011 circulou pelo Portal do Cidadão o considerável número de 4.316 mensagens, correspondentes a pedidos de informações e esclarecimentos, denúncias, sugestões, elogios, reclamações e até desabafos.

Já as estatísticas de acesso importam em um número médio de 50.000 (cinquenta mil) visitas mensais, para este exercício de 2013.



Por fim, importante ressaltar que os números e as análises apresentadas no Portal do Cidadão são extraídos dos balancetes mensais encaminhados ao sistema Audesp, sendo objeto de confirmação pelo Tribunal, quando das correspondentes fiscalizações.

A Divisão de Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Estado de São Paulo - AUDESP

A Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no aperfeiçoamento do controle de gestão governamental que objetiva, através do concurso da tecnologia da informação, aprimorar os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados, buscando maior agilidade nos trabalhos, aumento da qualidade dos dados e como consequência natural, o cumprimento da missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas com o máximo grau de eficiência e eficácia, em benefício da sociedade.

A convergência ao processamento eletrônico começou no ano de 2003, quando iniciou-se o desenho e o levantamento dos requisitos necessários para o atual sistema de captura de dados contábeis, conhecido pelos servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pelos municípios jurisdicionados como Sistema Audesp, à época tido como Projeto AUDESP.

Entre os exercícios de 2003 e 2007 foram realizadas diversas reuniões e cursos de capacitação com pessoal técnico dos municípios e com as empresas desenvolvedoras de sistemas de contabilidade.

Ao mesmo tempo, era feito o levantamento de requisitos e o desenvolvimento do sistema idealizado. Antes de entrar em operação, ainda foi realizado um piloto de testes, para aperfeiçoar o que havia até então sido construído.

O resultado deste trabalho produziu o sistema Audesp que, em 2007 entrou em operação de forma facultativa para todos os municípios paulistas, tornando-se obrigatório em 2008.

O primeiro resultado atingido foi a obrigação, para os órgãos jurisdicionados, de adoção de uma padronização nos registros contábeis. Isto levou também a uma melhoria crescente da qualidade da informação encaminhada a este Tribunal, de maneira que hoje, 2013, o aprendizado e aperfeiçoamento dos órgãos são significativos, quando comparado com o exercício de 2008, ano de seu início.

Após a implantação do sistema e de 5 anos de trabalho ininterrupto, realizado por diversos profissionais capacitados desta Casa, o então Projeto Audesp foi erguido à posição de Divisão, em dezembro de 2012, através do Ato da Presidência nº 10/2012, com estrutura própria (recursos materiais e humanos).

A cada ano, esta Corte de Contas, através do sistema Audesp e a Divisão que o coordena, produz uma infinidade de informações que são utilizadas pelos servidores diretamente envolvidos na fiscalização, pelos Gabinetes dos Senhores Conselheiros, pelas Assessorias, Ministério Público de Contas, Auditores, Secretaria-Diretoria Geral, sem esquecer-se de mencionar ainda a população que habita o município e outros tantos interessados, pois estes dados também são disponibilizados através do Portal do Cidadão (sítio na rede mundial de computadores internet mantido por esta Egrégia Casa - <http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/>).

Para exemplificar o que acabou de ser dito, entre **janeiro e outubro de 2013** o sistema Audesp, gerido pela Divisão Audesp, produziu as seguintes informações:

a) Análises geradas: são análises automáticas elaboradas mensalmente sobre os documentos eletrônicos encaminhados pelos diversos órgãos jurisdicionados. São avaliados assuntos como aplicação dos recursos no ensino, na saúde, atendimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), atendimento da Ordem Cronológica de Pagamentos (Lei Federal n.º 8.666/93, art.5º) e cumprimento das Instruções emitidas por esta Casa. No período em questão, **57.109 análises** foram realizadas.

b) Alertas emitidos: a Lei de Responsabilidade Fiscal no § 1º do art. 59 determina como obrigação aos Tribunais de Contas alertar os órgãos sob sua jurisdição acerca de infringência ou risco de sua ocorrência. Assim, foram emitidos **18.357 alertas** sobre os vários assuntos informados no item anterior, no período observado.

c) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: a ciência da Contabilidade vem passando por mudanças significativas nos últimos anos. Este Tribunal, por meio da Divisão Audesp, procurou antecipar-se ao que determina a legislação, implantando para todos os municípios sob sua jurisdição o novo Plano de Contas. Os órgãos municipais, adaptados à nova metodologia, encaminharam no período examinado os documentos contábeis exigidos, o que resultou em aproximadamente **21.000 entregas** validadas.

d) Atendimentos: é função também da Divisão Audesp realizar atendimentos ao público interno e externo, na resolução de dúvidas relacionadas ao sistema Audesp, bem como assuntos correlatos à

fiscalização (como por exemplo, o novo plano de contas). Entre respostas dadas ao “Fale Conosco”, e-mails recebidos e atendimentos telefônicos, foram computados mais de **4.000 respostas** às ocorrências recebidas no período em questão.

e) Ferramentas de Fiscalização: outra responsabilidade importante da Divisão Audep é municiar os servidores com ferramentas que permitam a realização da fiscalização dos recursos públicos, obedecendo aos Princípios da Eficiência e Eficácia, entre outros. Foi disponibilizada solução para fiscalizar os Restos a Pagar e encontra-se em fase final outra solução, para fiscalização dos recursos públicos transferidos ao Terceiro Setor.

f) Capacitação: esta Divisão realizou a capacitação de servidores do seu quadro e também dos municípios paulistas jurisdicionados através de cursos realizados nas cidades em que possui Unidades Regionais e na própria sede (São Paulo). Foram realizados aproximadamente 15 cursos com aperfeiçoamento de mais de **900 servidores** públicos.

g) Parcerias: O TCE-SP, por intermédio da Divisão Audep, firmou parcerias com outros órgãos de controle, como o Ministério Público, Ministério da Previdência e Assistência Social, Instituto Ruy Barbosa, entre outros, para troca de informações e aperfeiçoamento dos processos fiscalizatórios, a fim de municiar os servidores públicos com as informações necessárias para o adequado desempenho de suas atividades.

Para o próximo ano, a Divisão Audep planejou a realização de muitas ações. Entre elas podemos citar as seguintes:

a) Capacitação de servidores: continuidade do processo de capacitação/aperfeiçoamento dos servidores internos e externos.

b) Atos de Pessoal: a terceira fase de desenvolvimento do sistema Audep passará pela captação de dados de pessoal, dos órgãos municipais e estaduais. Em 2014, além das reuniões programadas com os jurisdicionados e as empresas desenvolvedoras de sistemas voltados aos órgãos públicos, terá início a construção do módulo Atos de Pessoal, abrangendo as fases do Concurso Público, Processo Seletivo, Admissão, Aposentadoria, Pensão, Remuneração dos seus agentes, dentre outros.

c) Ferramentas de Fiscalização: aperfeiçoamento das ferramentas de fiscalização existentes e criação de novas, para auxiliar os servidores no desempenho de suas funções.

d) Parcerias: fechamento de novas parcerias para acesso a informações necessárias ao bom desempenho da atividade-fim e manutenção das atuais em vigor.

O investimento realizado no desenvolvimento do Sistema Audep e na criação da Divisão responsável produziu uma série de resultados. Destacamos os seguintes:

- Padronização na informação contábil;
- Melhora continua na qualidade do registro contábil encaminhado;
- Avaliação sobre a gestão municipal cada vez mais rápida e mais ampla, permitindo a tomada de ação tanto por parte deste Tribunal como do gestor da entidade analisada e demais órgãos de controle interessados.
- Alertas para redirecionamento das ações nas entidades fiscalizadas.

- Acompanhamento concomitante da aplicação dos recursos públicos, em especial, ensino, saúde e cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Servidores mais capacitados a lidar com a nova metodologia adotada pelo novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- Comparação dos municípios entre si, pela elaboração de indicadores passíveis de medição (em decorrência da padronização da informação).

Como se pode ver, em 2013 o sistema Audesp completou 10 anos de existência, dos quais nos últimos 6 anos vem produzindo os resultados previstos anteriormente no projeto.

Ao aderir à tecnologia da informação para aperfeiçoar o processo de fiscalização, este Tribunal culminou no cumprimento dos Princípios da Eficiência, da Eficácia, da Transparência (entre outros), no aperfeiçoamento da gestão de sua atividade-fim e no alcance da Missão que foi estabelecida em seu planejamento estratégico.

Trabalho realizado pelo Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – CAEF / SDG – e a Divisão de Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Estado de São Paulo - AUDESP - nov/2013